

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: DAS DOBRAS DE REFLEXÃO À PLURALIDADE DOS CONCEITOS

E-mail:
manuelapt69@yahoo.com.
br_ghafreire@gmail.com

Rosa Manuela Teixeira Pinto Munguambe¹, Gustavo Henrique de Araújo Freire²

À medida que surge o excedente de produção o uso da mão de obra passa a ser mecanicista, o consumidor muda de atitude passando de um consumidor passivo a um indivíduo ativo, mais exigente e atento as transformações da sociedade. Por conseguinte, as empresas começam a visualizar a necessidade de criar diferentes tipos de capacitação aos seus colaboradores para darem conta da demanda. Neste momento, acentua-se a relevância do processo de comunicação em todos os segmentos da sociedade, especialmente nos setores industriais e empresariais, que passam a ter cada vez mais necessidade de informação e precisam estar atualizados acerca dos elementos que envolvem os processos de organização e comunicação que possam proporcionar maior competitividade. Sem o devido planejamento para atender à demanda por informação as organizações e as instituições dificilmente atenderiam às exigências da sociedade contemporânea, especialmente em ambientes mais competitivos. Assim, inicia-se um processo em que as atividades voltadas para a gestão e comunicação da informação ganham uma nova relevância. Este excedente de produção tem sua origem:

[...] na crescente relevância da ciência devido ao desenvolvimento industrial no século XIX (primeira revolução industrial), onde se inicia a especialização da ciência e várias ciências foram produzidas e necessárias, e a comunicação científica cresceu e continua num processo em andamento [...] (WERSIG; NEVILLING, 1975, p. 34).

Uma nova sociedade começa a tomar corpo, a sociedade de informação, onde a informação e o conhecimento são os insumos mais importantes para o desenvolvimento da indústria, de empresas e de um país. A utilização da expressão “sociedade da informação” se inicia nos últimos anos do século XX, mais precisamente na década de 1970, especialmente no Japão e EUA, no âmbito de discussões sobre o que seria a “sociedade pós-industrial” e quais seriam suas principais características (TAKAHASHI, 2002, p. 2).

Esta expressão surge como substituto para o conceito de “sociedade pós-industrial” e como forma de transmitir o conteúdo específico do “novo paradigma técnico-econômico”. Esta sociedade pós-industrial ou “informacional” está ligada à expansão e reestruturação do capitalismo desde a década de 80 do século que termina. A ideia subjacente ao conceito de SI (sociedade de informação) é o de uma sociedade inserida em um processo de mudança constante, fruto dos avanços na ciência e na tecnologia (COUTINHO; LISBÔA, 2011).

Como enfatiza Werthein (2000), a expressão Sociedade da Informação advém do “boom” da informática e das telecomunicações, que permitiram a criação da chamada cibercultura, neologismo definido por Lévy (1999, p. 17) como sendo

Modos de pensamento e de valores que se desenvolvem com o crescimento do ciberespaço, definido por meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos

¹ Universidade Eduardo Mondlane. Maputo Cidade. Moçambique.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro-RJ. Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8786-866X>

computadores, abrangendo não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.

A sociedade de informação na visão de Oliveira e Bazi (2008) caracteriza uma etapa alcançada pelo desenvolvimento capitalista contemporâneo, no qual as atividades humanas determinantes para a vida econômica e social organizam-se em torno da produção, processamento e disseminação da informação através das tecnologias eletrônicas de informação e comunicação. Como esclarece Unger e Freire, I. (2008, p. 88),

[...] ao tornar a informação a principal matéria prima para o aumento da produtividade, em nível mundial, a sociedade contemporânea tornou também necessária a organização e gestão desse insumo. [...] onde, de um regime industrial formado pelas tecnologias de comando e comunicação, passamos para um regime de produção que se qualifica como sociedade da informação e comunicação através de tecnologias cada vez mais digitais.

Nesse sentido,

A relação do homem com a técnica e a tecnologia sofre profundas alterações ao longo do século XX, motivada pelas duas guerras mundiais, pela industrialização do ocidente e em função da importância que a humanidade tem dado, especialmente, nos últimos 50 anos à preservação e transmissão do conhecimento (OLIVEIRA; BAZI, 2008, p. 116).

A partir de uma combinação da evolução histórica, desenvolvimento de necessidades sociais específicas e desenvolvimento de novas metodologias e tecnologias emergiram várias disciplinas no contexto da evolução da ciência, e na área da informação surge uma nova disciplina que é chamada de Ciência da Informação (ou por outros derivados do termo "informação"). Esta ciência baseia-se na noção de necessidades de informação de certas pessoas envolvidas no trabalho social e na preocupação com o estudo dos métodos de organização dos processos de comunicação de uma forma que satisfaça essas necessidades em informação. O termo básico "informação" pode ser entendido apenas se for definido em relação a estas necessidades de informação (WERSIG; NEVILLING, 1975).

A ciência da informação é uma disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima. Está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. (BORKO, 1968).

Nesse contexto, as unidades que trabalham com a informação, especialmente as bibliotecas das universidades públicas tornam-se relevantes para a sociedade por concentrarem uma grande massa de produção do conhecimento científico e tecnológico de um país e ocupam um espaço fundamental no desenvolvimento dessa sociedade, já que têm o papel de organizar e disseminar informações a um público específico, que tem as suas atividades relacionadas com a produção de novos conhecimentos.

Com o crescimento do fluxo de informação e o incremento das tecnologias de informação e comunicação, o conhecimento passa a ter um valor agregado nas habilidades de diversas funções isto é, o saber (conhecimento) passa ao saber fazer, que é a habilidade exigida neste contexto da sociedade de informação. É a substituição da mão-de-obra desqualificada, de produção mecânica

e seriada, para o reconhecimento das habilidades individuais no processo de trabalho e da crescente necessidade da informação. A competência para habilidades voltadas para busca, organização e uso da informação passa a ser exigência no mercado de trabalho com vista à solução de problemas informacionais.

O acesso à informação, a compreensão, o conhecimento das fontes de informação, bem como a capacidade de interpretação, síntese, reformulação e comunicação são fundamentais na sociedade contemporânea. Belluzzo, Santos e Almeida Júnior (2014) esclarecem que, são processos apoiados em uma perspectiva de solução de problemas sobre a necessidade de informação, o qual denominado de competência em informação (*Information Literacy*). Siqueira (2003) acrescenta que, se pode inferir a competência em informação em um contexto no qual existe tendência a mudanças de tarefas de cunho manual e das consideradas como de execução, em feitos de informação e comunicação, exigindo do homem novo maior capacidade cognitiva, manuseio de informações e ampliação das atividades com foco no conhecimento.

A competência em si constitui um conjunto de conhecimentos, atitudes, capacidades e aptidões que habilitam alguém para vários desempenhos da vida. As competências pressupõem operações mentais, capacidades para usar as habilidades e emprego de atitudes adequadas à realização de atividades e conhecimentos (BELLUZZO; SANTOS; ALMEIDA JÚNIOR, 2014, p. 63).

Dessa forma, é significativo discutir a competência em informação ligada ao mundo do trabalho, pois está relacionada à mobilização das capacidades intelectuais dos indivíduos que trabalham com a informação. Na atividade laboral, a competência em informação é aquela que habilita os indivíduos para lidar com todas as fontes de informação, no sentido de organizar, filtrar e selecionar o que de fato é importante para a tomada de decisões no ambiente organizacional (ambiente interno e externo à organização).

Na década 70, a competência em informação ou *information literacy* nasce de uma necessidade de um grupo de bibliotecários americanos em transformar suas bibliotecas totalmente desprestigiadas em algo mais visível no que tange ao acesso e mais atraente aos usuários, principalmente as escolares. (CAMPELLO, 2003). O termo *Information Literacy* foi usado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1974, para designar habilidades necessárias à utilização de bases eletrônicas que estavam sendo comercializadas no país no período da década de 1960. Representando os interesses dos produtores dessas bases, Paul Zukowsky em 1974 apresentou um relatório à *National Commission on Libraries and Information Science*, em que defendia a necessidade de preparar as pessoas para utilizar adequadamente esses produtos (bases eletrônicas), já que seu número tendia a crescer em ritmo acelerado.

Essa equipe tinha como propósito estabelecer as diretrizes para um programa nacional de acesso universal à *Information Literacy*, que foi oncluído em 1984. Nesse trabalho descreveu uma série de produtos e serviços de informação providos por instituições privadas e suas relações com as bibliotecas, tendo constatado que as relações tradicionais entre esses setores e as bibliotecas, inseridos num cenário informacional que começava a se expandir, passavam naquele momento por um processo de transição, advindo daí a recomendação de que se expandissem tais relações e acessos à informação, incluindo as implicações políticas, extrapolando o ambiente da biblioteca por meio de um movimento nacional de *Information Literacy*, (DUDZIAK, 2001).

De acordo com vários autores como Takahashi (2002), Dudziak (2010) e Campello, (2003), a década de 70, especificamente em 1976, foi marcada na Biblioteconomia com a preocupação da divulgação da competência em informação como ferramenta importante para

aquisição de habilidades e conhecimentos do indivíduo, que inclui uso dos recursos informacionais com a efetiva e eficiente localização da informação para a resolução de problemas e tomada de decisão, em sintonia com os recursos das tecnologias eletrônicas de informação. Nesse contexto, a competência em informação passa a ser vista como um elemento essencial à democracia e a constituição da cidadania, incluindo desta forma a noção de valores ligados a informação para a cidadania. Reconhece-se a necessidade da preparação dos profissionais em habilidades e conhecimento em competência em informação

A alteração nos sistemas de informação nas bibliotecas e em centros de informação, principalmente nos Estados Unidos surge fortemente na década de 80, influenciado pelas novas tecnologias eletrônicas de informação e comunicação. É notório aqui, que a ascensão e a difusão das tecnologias eletrônicas de informação e comunicação alteraram desde as bases de produção até o acesso a informação, passando pelo controle, guarda e disseminação, tendo nesse momento como o foco principal o computador e alterando definitivamente os sistemas de informação. Esses computadores proporcionaram que os bancos de dados, serviços de indexação e resumos, sistemas complexos de informação, redes interligadas de bibliotecas, cd-rom entre outros fossem utilizados no tratamento, armazenamento e recuperação da informação. Inúmeros trabalhos surgiram enfocando a competência em informação (DUDZIAK, 2003).

Neste momento, os profissionais bibliotecários verificam que, além dos trabalhos técnicos, o profissional deverá também se especializar para atuar também como educador, pois o indivíduo que busca a informação necessita estar capacitado, e este aprendizado deve ser ao longo da vida, já que as Tecnologias Eletrônicas de Informação e Comunicação a cada momento descortinam novas possibilidades (PONTES JUNIOR, 2009).

O desenvolvimento da concepção de *Information Literacy* ocorreu no início dos anos 80, associado às práticas dos postos de trabalho e às noções e regras da qualificação para o emprego (MIRANDA, 2004b). A apropriação do termo, pela classe bibliotecária segundo Campello (2006) ocorreu com maior abrangência na década de 1980 nos Estados Unidos, após a divulgação do relatório da *National at Risk: the Imperative for Educational Reform* (THE NATIONAL COMMISSION ON EXCELLENCE IN EDUCATION, 1983). Um amplo diagnóstico da educação norte-americana, elaborado em função da preocupação generalizada com problemas de aprendizagem que ocorriam nas escolas do país. Naquela época, os bibliotecários de bibliotecas universitárias e escolares já tinham uma percepção clara de sua contribuição à aprendizagem e foram surpreendidos pelo fato de não ter sido a biblioteca mencionada como um recurso pedagógico. A partir desse estudo de usuários de Breivik e, da reação à publicação do documento governamental da divulgação do *Information Power*, os bibliotecários começaram a prestar atenção às conexões existentes entre bibliotecas e educação, a *information literacy* e o aprendizado ao longo da vida.

Nesta década o ponto importante foi a integração da competência em informação ao currículo, não como disciplina isolada, autônoma e desprovida de contexto, mas considerá-la em harmonia com o universo em que se encontra o indivíduo aprendiz. O centro da questão neste período estava no ser humano, na sua sobrevivência dentro da nova conjuntura da sociedade onde a informação se torna a matéria prima, a educação o caminho para a aquisição de habilidades para o seu uso eficiente e eficaz e as Tecnologias eletrônicas de informação e comunicação ferramentas para a gestão da necessidade de informação.

O termo competência em informação foi então usado para designar o conjunto das habilidades necessárias a uma sociedade caracterizada por um ambiente informacional, como é o

caso da biblioteca das instituições de ensino públicas que envolvem uma diversidade de usuários e estruturas de gestão complexa.

Esta década também foi marcada pela publicação de um grande número de textos sobre o assunto na literatura da biblioteconomia e Ciência da Informação e a reação dos bibliotecários culminou com a publicação de dois documentos importantes para a competência em informação. O primeiro foi a “*Information literacy: Revolution in library*” editado por Patrícia S. Breivik e E. Gordon e o segundo que foi um relatório final editado pela American Library Associations (ALA) em 1989 intitulado “*Presidential committee on information literacy: Final report*”. Ambos enfocando o papel educacional das bibliotecas e a importância dos programas educacionais em competência em informação, para a capacitação e desenvolvimento dos estudantes, em competência informacional.

No primeiro documento, especificamente (DUDZIAK, 2003), enfatizando a cooperação entre bibliotecários e administradores das universidades, Breivik e Gee introduziram o conceito da educação baseada em recursos (*resource-based learning*), que se caracterizava pelos processos de construção de conhecimento a partir da busca e uso da informação, de maneira integrada ao currículo, cuja filosofia compreendia a biblioteca como elemento chave na educação.

Eles defendiam que as necessidades de aprendizado dos alunos não podiam mais ser satisfeitas com os livros textos e os materiais existentes nas bibliotecas. Era preciso dar a eles condições para que aprendessem mais e melhor, de maneira independente e autônoma, (DUDZIAK, 2010). Corroborando a visão de Breivik (1985), em 1987, a monografia de Karol C. Kuhlthau intitulada *Information Skills for an Information Society: a review of research, lançou as bases da Information Literacy Education*, ou seja, a Educação voltada para a Alfabetização em Informação, segundo dois eixos fundamentais: sua integração ao currículo, a partir da proficiência em investigação, identificada como a meta das bibliotecas do ensino médio; e o amplo acesso aos recursos informacionais, cruciais ao aprendizado estudantil, a partir da apropriação das tecnologias de informação e das ferramentas de busca (DUDZIAK, 2003).

De acordo com Campello (2006), a descrição da *Information Literacy* que é das mais citadas na literatura biblioteconômica e da Ciência da Informação conclui a seguinte caracterização de competência informacional e como deve ser uma pessoa competente em informação:

Para ser competente em informação a pessoa deve ser capaz de reconhecer quando precisa de informação e possuir habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação [...] Em última análise, pessoas que têm competência informacional são aquelas que aprenderam a aprender. Essas pessoas sabem como aprender porque sabem como a informação está organizada, como encontrar informação e como usar informação, de tal forma que outros possam aprender com elas (ALA, 1989).

Na segunda metade da década de 80, os primeiros estudos de caso e *surveys* relacionados ao tema foram publicados. Na década de 90 surgiram os primeiros livros e as primeiras dissertações e teses sobre o assunto. Em 1991, a *Fédération Internationale d'Information et de Documentation* (FID) criou o *FID Special Interest Group - Modern Information Professional*, envolvendo profissionais das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Administração, com o objetivo de realizar uma pesquisa mundial para verificar competências e necessidades de formação do moderno profissional da informação.

Somente em 1992, o *ERIC*³ incorporou a expressão “*information literacy*” à sua lista de descritores. A partir de então, os profissionais da informação, conscientes da necessidade de possibilitar o acesso rápido e fácil ao novo universo informacional, de maneira eficaz e eficiente, voltaram-se para a *Information Literacy*. Passaram a pensar em tornar os usuários da biblioteca, aprendizes independentes, enfatizando a integração curricular e a cooperação com a comunidade.

A primeira parte dos anos 90 foi um período de institucionalização e de racionalização do conceito, quando as modificações no mundo do trabalho proporcionaram o equilíbrio entre a gestão das qualificações e o reconhecimento das competências, iniciando-se a procura de métodos e a realização das primeiras pesquisas. Já no final dos anos 1990, a competência toma lugar no contexto da gestão de recursos humanos e se informatiza, adquirindo também importância crescente dentro do debate social (MIRANDA, 2004b).

Um dos marcos importantes neste período foi a criação, em 1997 do *Institute for information literacy* pela ALA-ACRL, destinado prioritariamente a treinar bibliotecários e dar suporte à implementação de programas educacionais no ensino superior. Por outro lado, tem se referido um programa de imersão para tratamento e capacitação de bibliotecários a fim de torná-los agentes multiplicadores de competência em informação. Outra organização que recebe o suporte da ALA é a *Library Instruction Round Table* (LIRT), voltada para a competência em informação, a instrução e orientação bibliográfica, disponibilizando um site com publicações, conferências, comitês e diversos links de programas educacionais, para além de outras atividades. A *LOEX Clearinghouse for Library Instruction* promove a disseminação da orientação bibliográfica e da competência em informação. Em março de 1998 a ALA lançou um relatório de atualização onde delineia seis recomendações sobre a competência em informação, refinando a premissa de adequação de sistemas e de profissionais de recursos e fontes informacionais e a necessidade de atuação interdisciplinar, integrando também os ambientes educacionais e profissionais (MIRANDA, 2004).

A descrição histórica da competência em informação deixou claro que tem sua fundação na Biblioteconomia e Ciência da Informação, isto é, em autores nesta área preocupados com a tomada de decisão rápida no momento da satisfação da necessidade de informação ao usuário, como consequência da introdução das tecnologias eletrônicas de informação e comunicação que caracterizaram a nova sociedade de informação. Na literatura existente sobre a competência em informação verifica-se a falta de unanimidade no uso e na atribuição de significado da expressão. Algumas vezes, é usada para substituir expressões como a alfabetização do usuário, capacitação do uso das bibliotecas bem como estudo do usuário.

Nos Estados Unidos e em países de língua inglesa o uso da expressão *literacy* associada ao termo informação foi claramente aceito, mas verificou-se que em outros países não há concordância na sua utilização chegando a variações de expressões. A exemplo de Portugal, que a expressão foi traduzida como literância informacional ou literância da informação. Em países onde se fala o espanhol, adota-se a expressão *alfabetización informacional*, mas a expressão competência informacional também é utilizada. No caso do Brasil, a questão da tradução da expressão *information literacy* ainda suscita discussão e não há consenso. Alguns bibliotecários e pesquisadores da área utilizam a expressão alfabetização informacional, outros adotam letramento informacional, enquanto muitos utilizam competência informacional.

³ Education Resources Information Center. Disponível em: <https://eric.ed.gov/>. Acesso em: 11 fev. 2019.

Notório que existem discussões que levantam a questão de competência em informação como versão da gestão do conhecimento. Dado que, no Brasil, a alfabetização tem seu significado fortemente associado às fases iniciais da educação, ao passo que a literância e o letramento ligam-se predominantemente ao universo das palavras, é preciso refletir sobre a terminologia mais adequada e representativa.

A adoção da tradução do conceito como competência em informação parece ser a melhor escolha, por ter significado mais abrangente, além de ser aceita e valorizada tanto na área educacional quanto nos círculos profissionais e principalmente na área de biblioteconomia. A *information literacy* é

[...] um termo inclusivo, englobando todas as demais: alfabetização informacional, letramento, literância, fluência informacional, competência em informação. A utilização da expressão competência em informação parece ser a mais adequada em função de sua definição voltar-se a um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor, direcionados à informação e seu vasto universo (DUDZIAK, 2010, p. 8).

A ideia de competência em informação embora tenha emergido com o advento das TIC no início dos anos 70 ganha mais destaque a partir dos anos 90 quando várias empresas procuravam maximizar os custos através de uso cada vez maior de tecnologias eletrônicas de informação e comunicação adequadas no processo de produção até disseminação da informação.

Desta forma, passando a exigir um profissional com conhecimento, habilidades e atitude proativa não somente para o processo de produção, mas também no manuseamento das fontes eletrônicas com vista à satisfação rápida das exigências cada vez mais crescentes do usuário. Por outro lado, esta necessidade colocava a instituição no contexto em que emergia e possibilitava a competitividade. Isto é, as empresas necessitavam de informação adequada do meio em que se encontravam para se enquadrarem e satisfazer as necessidades do usuário.

A satisfação do usuário nesta sociedade de informação depende de um eficiente processamento técnico e rápido que é constituído por atividades de organização, recuperação, apresentação, disseminação da informação e interface, inseridas por tecnologias de informação e comunicação que reúnem todos os elementos de interação do usuário com ambiente informacional da rede (FREIRE, G.; MUNGUAMBE, 2016).

Segundo Bruce (1999), um dos pioneiros da discussão da competência em informação “a habilidade para reconhecer necessidades de informação e identificar, avaliar e usar a informação de forma eficaz”. Para Dudziak (2003, p. 23) o conceito de competência em informação não seria muito diferenciado de Bruce (1999) ao designar como sendo “[...] processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais, de habilidades, necessários à compreensão e interação permanente com o universo informacional e a sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida”.

A definição de Bruce (1999) aponta a necessidade do indivíduo em adquirir a competência em informação a partir de um ciclo de atividades que fazem parte de um processo de aprendizagem ao longo da vida (permanente), indicado por Dudziak.

Concordando com Dudziak (2001, p.59) a competência em informação vai para além da busca pela informação, por considerar os processos intelectuais superiores tais como a interpretação, avaliação, organização da informação e seu uso, com o objetivo de interiorização de conhecimentos, habilidades e valores que levem ao aprendizado independente, auto-orientado,

ao longo da vida. Como aponta Bruce (1999) o aprendizado contínuo independente e auto-orientado pode auxiliar ao indivíduo a atingir a eficiência e a eficácia. Para alcançar eficácia e eficiência os educadores voltados para a alfabetização de informações, devem projetar estratégias de aprendizagem que auxiliam aos alunos a aprender através do processo de uso efetivo da informação.

Este comportamento revela a atitude proativa do indivíduo nas suas atividades e constitui um dos mecanismos para o alcance da competência em informação de acordo com as definições até agora discutidos. O indivíduo na sua atividade deve ser aquele que realiza as tarefas de forma a procurar solucionar os problemas, assim ele atinge habilidades desejadas. A sua *performance* depende do seu conhecimento, habilidade e atitude.

Estes fundamentos conceituais (conhecimento, habilidade e atitudes) Pontes Junior (2009), designou-os como CHA's, definindo-os como parâmetro norteador para avaliação das competências e os descreveu como sendo conhecimento- aquilo que o indivíduo deve ter para desenvolver suas funções com a máxima de excelência é o saber (conhecimentos das regras e técnicas); habilidade é quando se tem habilidade ou aptidão para desempenhar algo, é saber fazer (a experiência da ação). E atitude é conceituada como a noção de colocar em prática seus conhecimentos e suas habilidades, saber ser e estar (comportamento e conduta ética do profissional bibliotecário).

A ética profissional traduz-se num “conjunto de valores morais que uma determinada classe profissional deve se orientar e seguir para alcançar um agir profissional correto e adequado para com a sociedade [...]” (GUIMARÃES *et al.*, 2008, p. 143). Traduzido para Souza (2002) como um conjunto de normas que regem a boa conduta profissional.

O fazer do bibliotecário em seu cotidiano, portanto, está diretamente ligado a atitudes [saber estar], o comportamento ético [normas=artefatos], tanto em relação ao usuário, quanto em relação ao próprio fazer informacional, [em todo o processo de produção da informação] até a disseminação desses dados e informações ao público interessado (VALENTIM, 2004).

Essas atitudes ao criarem constrangimento, (não adoção de princípios éticos) atingem as áreas que Fernández-Molina (2000) cita como sendo as cinco principais áreas com implicações éticas para o bibliotecário, que são: a liberdade intelectual e a censura; o acesso à informação; os serviços de referência; a privacidade, confidencialidade e proteção de dados pessoais; e, o direito do autor.

Segundo Guedes, Baptista e Borges (2011) as ações do bibliotecário pautadas em princípios éticos influenciam o ciclo de vida da informação. No entanto, para ser capaz de tomar decisões éticas, no ciclo de produção da informação- criação-gestão da informação (=aquisição, organização, armazenamento-recuperação- acesso-disseminação)-uso da informação (=uso-compartilhamento aplicação)- com vista a satisfação da necessidade do usuário, torna-se imprescindível observar como valores à profissão bibliotecária: a honestidade, respeito ao indivíduo, coragem, tolerância, integridade, flexibilidade, caráter sigiloso, humildade e responsabilidade.

Nesse sentido, a ética profissional contribui para a formação da consciência profissional (ações éticas), que resulta, por sua vez, em integridade e justiça. Desta maneira, as ações éticas, norteiam o “fazer bibliotecário” no ambiente profissional (VALENTIM, 2004). Desta feita, se a ética não for observada e acompanhada a través das ações de informação de mediação realizando avaliações das atividades, bem como no seu planejamento, em algum momento do processo de produção pode sofrer algum constrangimento.

Para resolver e/ou esclarecer dilemas éticos, o código de ética da profissão constitui-se uma fonte essencial para auxiliar o profissional a tomar decisões e cumprir seu papel social. Além disso, é importante definir a ética e a moral que serão praticadas por uma equipe no cotidiano do espaço informacional (VALENTIM, 2004).

Souza (2002, p. 55) acrescenta que o código deontológico deve “detalhar minuciosamente o modo de proceder e o comportamento pessoal, em cada momento, em cada relação de trabalho do profissional [...]”. Assim, ser ético no âmbito da profissão bibliotecária na óptica de Ferreira (2004, p. 17) significa:

- a) não sonegar informação;
- b) atender com educação os usuários;
- c) valorizar a profissão em qualquer situação ou lugar em que o profissional se encontre;
- d) não ser conivente com atitudes contrárias às normas estabelecidas pela legislação profissional;
- e) interagir e comunicar-se com diferentes tipos de público, sem discriminação de cor, raça, nacionalidade, religião ou ideologia;
- f) lutar por melhores salários e melhores condições de trabalho;
- g) engajar-se no movimento de classe, conselho, associação, sindicatos;
- h) buscar atualização contínua;
- i) reivindicar uma formação profissional de qualidade;
- j) combater o exercício ilegal da profissão;
- k) lutar por melhores empregos e exigir do governo abertura de vagas para bibliotecários nas diferentes instituições do setor público;
- l) ser empreendedor, fazendo valer a profissão liberal [com o uso de legislações que suportam a área].

Neste sentido, Valentim (2004, p. 67) aponta algumas considerações básicas para que as questões éticas sejam solucionadas no ambiente profissional e informacional, quais sejam: “a) integrar as normas éticas em busca do sucesso da organização; b) ter uma atitude orientada para os outros; c) motivar com base na ética organizacional o comportamento pragmático e competitivo”. Todavia, de acordo com a autora, do ponto de vista pessoal o certo e o errado torna-se subjetivo. O que pode estar certo para um profissional, pode estar errado para outro.

Uma das definições mais usadas da competência em informação é apresentada pela ALA:

As pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Sabem como aprender, como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la tendo como resultado o aprendizado através da informação recuperada e disponibilizada de maneira correta de tal modo que outras pessoas aprendam a partir dela (ALA, 1989, p. 1).

A competência em informação é um processo que tem por objetivo desenvolver e aprimorar as habilidades dos indivíduos, a fim de torná-los críticos perante o contingente informacional. Como coloca Santos (2011), o indivíduo competente em informação é capaz de assumir com consciência, tanto crítica como ética, diversidade e complexidade de fatores que medeiam o acesso à informação.

Este cenário mostra que o advento das tecnologias eletrônicas de informação não seria por si só a solução para a satisfação das necessidades de informação rápida no tempo e espaço real sem que houvesse mudança da forma de concepção na produção, organização e distribuição da informação. Ou seja, sem uma mão de obra com habilidades suficientes não só, para o manuseio das tecnologias de informação, como também recursos humanos disponíveis à mudança de mentalidade para o aprendizado contínuo (aprender a aprender), e que coloque o seu conhecimento em prática dentro das regras do regime de informação que a impõe.

De acordo com vários autores “as organizações que investem em tecnologia, mas não se ocupam com o fator humano, perdem investimentos, pois os empregados continuam sem saber como solucionar os problemas causados pelo excesso de informação, além de viverem em estado de ansiedade, por não saberem como conviver com esse excesso” (MANGUE, 2007; BRUCE, 1999).

No entanto, o técnico que trabalha com a informação deve prover os componentes da competência em informação que são os elementos que compreende a competência profissional que é o conjunto de conhecimentos habilidades e atitudes que cada pessoa possui ou desenvolve, as quais consegue colocar em ação para um determinado propósito ou, permitem o desenvolvimento da organização no cumprimento de sua missão organizacional, que são processos que permitem combinar aptidões, sistemas ativos e valores, proporcionando vantagem competitiva e fornecendo preciosas funcionalidades à clientela. São as técnicas, formas de trabalho, competências de serviços e, a competência chave que representa a aprendizagem coletiva da organização, especialmente sobre como coordenar diversas habilidades produtivas e integrar múltiplas correntes de tecnologia são as habilidades e tecnologias cuja marca de autenticidade é a integração (MIRANDA, 2004b). A competência em informação, neste caso pode ser considerada como “um conjunto das competências profissionais, organizacionais e competências-chave que possam estar ligadas ao perfil de um profissional da informação ou de uma atividade baseada, intensivamente em informação” (MIRANDA, 2004b, p. 118).

Nas organizações voltadas para a aprendizagem, a biblioteca (escolar ou universitária) desempenha papel importante no desenvolvimento da competência em informação, não devendo se limitar apenas ao papel básico de organização da informação em suportes tradicionais, como o livro ou revista, de mediação entre o leitor e a informação desejada e de disponibilizador de informações. Deve agir como facilitador do processo de competência em informação, de forma a tornar os usuários aptos a desenvolver habilidades que vão lhes permitir utilizar a informação eficazmente. Nesse sentido, assume atribuições que na realidade não lhes são novas, mas sim adequação de funções que já lhes eram próprias, pois já se ocupava com a educação dos usuários para utilização de recursos, manifestação precursora de prática de competência em informação, tornando a biblioteca mais ativa e atraente (COELHO, 2011).

A necessidade de aprender, acrescentar ou buscar conhecimento no processo de localização, acesso, divulgação e uso da informação em diversas fontes e com apoio das diversas ferramentas (manuais e técnicas eletrônicas adequadas), é visível em todas as definições sobre a competência em informação, e ligada ao processo educativo de qualquer instituição ou contexto. O indivíduo, neste caso o bibliotecário, também é chamado a pensar de forma crítica, quando colocam a questão da atitude proativa como um componente da competência em informação. Esta atitude seria tanto no desenvolvimento da necessidade constante de informar eficientemente assim como no de se formar ao longo da vida.

No ambiente laboral a competência em informação ganha corpo e espaço, porque o trabalho do presente e do futuro demanda um novo tipo de trabalhador, que tem que saber acessar, administrar e usar grande quantidade de informação que lhe é disponibilizada por meio de vários canais, como telefone, internet, e-mail, televisão e em variados formatos, como vídeo, CD-Roms e textos impressos e eletrônicos (COELHO, 2011).

Esta ideia já era compartilhada por certos estudos realizados por alguns autores que apontam, dentre outras, as tecnologias digitais de informação e comunicação como componente fundamental na competência em informacional do bibliotecário. É o caso da SLA (1996), uma organização de bibliotecários especializados e orientados à mudança. Em seu estudo sobre as competências e as habilidades que os bibliotecários devem apresentar para trabalhar no momento atual – em que as transformações sociais e tecnológicas acontecem muito rapidamente e no futuro – apontou que os futuros bibliotecários do século 21 devem possuir conhecimento profundo em recursos informacionais impressos e eletrônicos e a capacidade de desenvolver e administrar serviços de informação que atendam as necessidades de grupos de usuários. Silva *et al.* (2005, p. 34) colocam que a competência em informação é interpretada como mais uma de várias competências, mas é descrita também como a competência mais essencial para o século XXI e está, atualmente, intrinsecamente associada com práticas de informação e o pensamento crítico, no ambiente das tecnologias de informação e comunicação.

Por outro lado, enfatizava a necessidade da competência em tecnologias, quando defendia que o bibliotecário também deve procurar ser um conhecedor de aplicações tecnológicas para trabalhar com outros membros da equipe de gestão da informação em igualdade de condições, além de aprender a especificar e avaliar sistemas de acesso à informação que sejam adequados às necessidades de seus usuários. Isto é, saber usar a tecnologia eletrônica da informação para adquirir, organizar e disseminar informação (SLA, 1996).

Na mesma linha, o Conselho Europeu das Associações de Informação e Documentação (2005), uma organização de bibliotecários da Europa, coloca que os técnicos em informação devem possuir para atuar na sociedade da informação competências em informação, tecnológicas, administrativas e as habilidades, referindo que as tecnologias compreendem domínios de competências que não têm em comum apenas assegurar uma função essencial, mas utilizar os mesmos instrumentos materiais e intelectuais mediados pelas tecnologias emergentes.

Para tal, Miranda (2004) defende que o indivíduo no seu processo de trabalho tem que ter a informação pertinente, específica, selecionada, personalizada de acordo com as solicitações ou a demanda com vista a desempenhar a sua atividade com a devida competência, para não comprometer a competência do utilizador.

Segundo os autores Campello e Abreu (2005) complementam ao argumentarem que para ser capaz de construir uma nova forma de estar e de contribuir para a educação de pessoas competentes em informação, o próprio bibliotecário deve ser competente em informação e dominar as habilidades necessárias para realizar o processo de pesquisa adequadamente.

A sociedade da informação exige profissionais cada vez mais qualificados, com habilidades para tomar decisões, também exige que o profissional tenha capacidade para trabalhar em equipe, em rede, em parceria, compartilhando informações tanto dentro da instituição em todos os níveis do sistema, bem como de fora para dentro, contribuindo ativamente para o aumento do fluxo, da disseminação de informações e na eficiência do ciclo de produção da informação. Esta posição é colaborada por Valentim (2000, p. 18) ao defender que

[...] os profissionais da informação precisam, cada vez mais, ter uma formação que permita atender uma determinada demanda social. No entanto, só a formação também não resolve a questão, ou seja, para que os profissionais da informação ocupem os espaços a eles destinados no mercado de trabalho, é necessário que a formação defina um perfil de profissional que deseja e tão importante quanto a formação é que haja ações que divulguem o profissional para o mercado empregador.

Esse aspecto dinâmico que o profissional da informação deve ter, Valentim, (2002) aponta que somente será possível a partir de uma postura crítica de si mesmo e uma busca constante pela atualização e adequação às mudanças paradigmáticas. Por outro lado, para incorporar essa postura o profissional da informação – o bibliotecário –, deve atuar consciente de seis pontos fundamentais e responder claramente para si e para outros sobre:

- a) *realidade*: saber separar a situação real da situação ideal; conhecer os pontos fracos e fortes da área; ter noção de conjunto; ter consciência de país;
- b) *identidade*: quem somos; o que queremos; qual é o nosso objeto de trabalho; onde queremos chegar; qual é a nossa estratégia profissional.
- c) *foco*: quem são nossos clientes reais; quem são nossos clientes potenciais; quem são nossos parceiros; quem são nossos concorrentes; o que somos para a sociedade; o que queremos ser para a sociedade.
- d) *processos*: qual é a nossa matéria-prima de trabalho; quais são os nossos produtos informacionais; o que e como produzimos atualmente; o que e como produziremos no futuro.
- e) *recursos*: quais as tecnologias atuais e quais as tendências das tecnologias de informação no próximo milênio; quais os tipos de unidades de trabalhos atuais e quais os tipos que existirão; quais os modelos de gestão atuais e quais as tendências.
- f) *perspectivas*: quais serão as competências e habilidades necessárias ao profissional; qual será o nosso objeto de trabalho; qual será nosso mercado de trabalho; o que a sociedade estará precisando no futuro.

Esta visão é compartilhada com vários autores dentre eles Arruda, Marteleto e Souza (2000, p. 17), quando dizem que

[...] eleger-se como ideal o profissional que potencialize a comunicação, a interpretação de dados, a flexibilização, a integração funcional e a geração, absorção e troca de conhecimento. Este, portanto, deve ser capaz de operacionalizar seu conhecimento profissional de modo integrado às suas aptidões e vivências socioculturais. É necessário um profissional capaz de interpretar dados e sinais emitidos pelos novos sistemas autômatos, agindo pró-ativamente a partir desses dados, atuando como agente do processo de inovação. Em vez de ser responsável por uma só tarefa, o que caracterizava a especialização, solicita-se que ele cumpra diversas tarefas, que seja polivalente (Enquanto o primeiro é submetido a maior número de rotinas/tarefas em adição às que realiza, sem que com isso ocorra maior intelectualização do trabalho) ou multifuncional (exposto a situações complexas, que requerem maior atuação cognitiva), demonstrando responsabilidade pelo seu processo de trabalho.

O aumento do uso de tecnologias eletrônicas de informação na transição para uma sociedade da informação é proporcionada também pela competência em informação “[...] possibilitando a milhares de pessoas confrontarem obstáculos, grandes demandas e competências

profissionais, requisitos fundamentais nesta sociedade de redes, ampliando a inserção social e global do cidadão” (AUN; CÂMARA, 2005, p. 1). Porque, a competência em informação é relacionada à formação de pessoas capazes de, com espírito crítico, utilizar técnicas e aplicá-las nas suas necessidades de informação em qualquer ambiente. Inclui aprendizado ao longo da vida e habilidade para atuar efetivamente na sociedade da informação (COELHO, 2011).

Uma das características fundamentais do profissional do futuro é a capacidade de aprender e renovar-se continuamente, desenvolver habilidades relacionadas à localização, seleção, acesso, utilização e divulgação da informação. E, estas características representam uma tarefa fundamental para as universidades (CAREGNATO, 2000). Diante do exposto podemos concordar com a definição de competência em informação colocada por Dudziak (2003, p. 34) que seria:

[...] um processo de aprendizado contínuo que envolve informação, conhecimento e inteligência. É transdisciplinar, incorporando um conjunto integrado de habilidades, conhecimentos, valores pessoais e sociais; permeia qualquer fenômeno de criação, resolução de problemas e/ou tomada de decisões. E, os componentes que sustentam o conceito da competência em informação são: o processo investigativo; o aprendizado ativo; o aprendizado independente; o pensamento crítico; o aprender a aprender; e o aprendizado ao longo da vida.

Desta feita, entendemos como competência em informação o conjunto de conhecimentos e habilidades, conjugada a tomada de atitude proativa do bibliotecário, que o possibilita colocar em ação os conhecimentos que passam por experiências e capacidades adquiridas ao longo do tempo. É a absorção de habilidades práticas, (do saber fazer) daquilo que o indivíduo já sabia ou tinha como conhecimento abstrato (o saber), alcançando a atitude proativa (o saber estar). Este saber estar é a atitude proativa que o bibliotecário deve ter e que auxiliará na definição da informação certa para a melhor tomada de decisão e, por conseguinte poderá ajudar a renovar os conhecimentos de acordo com as demandas que a sociedade impõe (aprender a aprender ao longo da vida). Estas atividades (localização, seleção, acesso, utilização e divulgação) desenvolvidas num contexto (regime e políticas de informação) com a devida ética profissional.

No *I Encontro de Especialistas em Competência em Informacional e Aprendizado ao Longo da Vida*, chegou-se ao consenso de que a competência em informação ocupa lugar central para a viabilização da educação continuada no decorrer da existência. A partir da competência em informação é possível assegurar a capacidade de identificação, localização, seleção, obtenção, avaliação e utilização da informação na geração de conhecimentos e novas informações, visando a metas pessoais, sociais, ocupacionais e educacionais (IFLA, 2005). “As competências em informação passam a ser considerados direito básico e fundamental para a inclusão social” (IFLA, 2005, p. 171).

A partir das diretrizes propostas, o Comitê para a Formação e Superação da FID (FID/ET) considera que o bibliotecário deve apresentar em seu perfil habilidades, atitudes e conhecimentos explicitados, quais sejam, a capacidade para:

- a) a organização do conhecimento, incluídos os processos de armazenamento e recuperação da informação, atendendo às limitações impostas pelos diferentes tipos de conhecimento e por meio de ferramentas linguísticas e conceituais adequadas;
- b) a criação de pontos de acesso físico e intelectual à informação por meio da instrução aos usuários, produção de interfaces de acesso às bases de dados e produção de manuais;
- c) a análise de recursos e fluxos da informação;

- d) a implementação de sistemas e serviços de informação e para a gerência de recursos informacionais;
- e) o empacotamento e reempacotamento da informação;
- f) a aplicação de métodos de pesquisa de mercado e para a análise de custo / benefício dos serviços prestados;
- g) a comunicação efetiva, de modo a permitir a interpretação, empatia e cordialidade nos relacionamentos interpessoais com os usuários;
- h) a aplicação de técnicas de avaliação de programas e projetos, e para a determinação de padrões de qualidade; a pesquisa e para a docência (SANTOS, 1996).

De acordo com a *Special Libraries Association* – SLA (2003) o indivíduo estará capacitado em habilidades informacionais ao incorporar os quatro padrões de competências em informação:

- a) as práticas de conhecimento nos meios de informação;
- b) prática do acesso;
- c) prática de gestão e tecnologia; e
- d) a capacidade de usar esse conhecimento como base para fornecer um numero maior de serviços informacionais da mais alta qualidade.

O Conselho de Administração da SLA de acordo com o documento da Alexandria, Virginia, 19 de abril de 2016 a SLA revisou e atualizou as competências em informação que seus membros e outros profissionais de informação usam para gerenciar o crescente volume de informações, conhecimento e dados críticos para o funcionamento e o sucesso de organizações. Foram descritos dentro da identificação, acesso, seleção ou avaliação, divulgação, uso, distribuindo-os em vários serviços. Competências em informação que já havia sido atualizado em 2003. O documento sobre competências em informação descreve as habilidades e conhecimentos que os bibliotecários especiais precisam para ser eficaz no seu papel de ajudar as organizações a terem sucesso.

As competências são divididas em dois grupos: competências essenciais, que são intrínsecas à profissão de informação, e competências facilitadoras, que são utilizadas por profissionais de outros campos, bem como bibliotecários especiais.

- a) as competências essenciais, tais como a recuperação e análise de informação e dados, definem essencialmente o que os profissionais de informação fazem e como funcionam;
- b) as competências de habilitação, que incluem comunicação eficaz, gerenciamento de projetos e inovação, apóiam o sucesso e o desenvolvimento profissional geral.

As competências de habilidade não iremos descrevê-las por apresentarem as mesmas características descritas por vários autores já discutidos neste trabalho e compilados no documento *Information power* como parâmetros para a competência em informação. Vale ressaltar que a SLA considera-os como sendo competências em informação "capacitadoras" vitais para o sucesso profissional e desenvolvimento de carreira.

Para uma melhor compreensão apresentaremos a seguir as competências em informação essenciais para os gestores considerados seniores da biblioteca:

- a) *reconhecer e articular as necessidades de informação e conhecimento*:
 - analisar fluxos de informação e conhecimento relevantes para o contexto de características da comunidade e objetivos organizacionais;

- permitir a partilha de conhecimentos através de contatos e relações interpessoais, bem como através de sistemas e processos digitais ou eletrônicos;
 - priorizar os serviços de informação para atender às necessidades operacionais ou estratégicas mais críticas da organização;
 - advogar para a utilização e gestão eficaz dos sistemas e processos de informação;
 - ensinar, treinar e desenvolver a alfabetização em informação e as competências associadas para as partes interessadas;
 - usar habilidades de gerenciamento de informações para aprender sobre um domínio, disciplina ou indústria;
 - aplicar o conhecimento do domínio sujeito ao ambiente de trabalho para apoiar a missão organizacional; e
 - compreender os variados aspectos do comportamento da informação humana;
- b) *sistemas e tecnologia de informação e conhecimento, que inclui a concepção de interfaces para uma experiência de utilizador intuitiva:*
- envolve múltiplos *stakeholders* (as pessoas que legitimam as ações de uma organização e que tem um papel direto ou indireto na gestão e resultados dessa mesma organização) para recomendar a arquitetura de informações necessária para toda a organização;
- c) *recursos de informação e conhecimento, incluindo estabelecimento de orçamentos e alinhamento da estratégia de gestão de recursos de informação para atender às necessidades da organização;*
- d) *recuperação e análise de informações e dados, incluindo o desenvolvimento de estratégias de busca para descobrir e recuperar informações e avaliar a veracidade ou qualidade dessas informações;*
- e) *organização de dados, informações e recursos de conhecimento, incluindo o desenvolvimento de esquemas e taxonomias de metadados personalizados; e*
- f) *ética da informação, que inclui a modelação do comportamento da informação ética e o reconhecimento de questões éticas relativas ao tratamento da informação.*

Constata-se que são necessárias, não somente as competências técnicas de informação que são científicas mais relacionadas ao fazer técnico do profissional bibliotecário (habilidade), como: selecionar, registrar, armazenar, recuperar e difundir informações; o conjunto das competências profissional, organizacional. Pois, estas em conjunto farão com que a organização atinja a competência essencial e de habilidade, mas por outro lado enquadrar-se nas novas mudanças porque, para adquirir o status de “moderno”, esse profissional, precisa ser flexível às mudanças em função das novas tendências impostas pela convivência social no novo milênio (LE COADIC, 2004).

Conforme coloca Correia (2002) a competência em informação pode proporcionar aos indivíduos:

- a) **“expertise”** (atitude) para lidar com: as tecnologias eletrônicas de informação em contextos informacionais; capacidade de identificar todas as etapas em um trabalho com informação; o ciclo informacional – o indivíduo é capaz de gerenciar a informação e sua interface com as tecnologias;
- b) **habilidade** para mapear competências informacionais – capacidade de agregar valor ao negócio e contribuir para a criação de seu diferencial competitivo;

- c) **capacidade** para aperfeiçoar competências em informação – o indivíduo é capaz de focar em competências genéricas, agrupar semelhanças, identificar necessidades futuras.

Essas competências em informação posicionam os indivíduos o saber atuar como cidadãos ativos em uma sociedade baseada no alto valor dado à informação e nos rápidos avanços tecnológicos (BELLUZZO; KERBAUY, 2004). Mais do que aprender verdades estabelecidas e indiscutíveis, é necessário aprender a conviver com a diversidade de perspectivas, com a relatividade das teorias, com a existência de múltiplas interpretações de toda informação, para construir, a partir delas, o próprio juízo ou ponto de vista (MORIN, 2001). Como coloca Serafim (2011), a competência em informação é a habilidade para reconhecer necessidades de informação identificar, avaliar e usar a informação de forma eficaz.

Podemos nos posicionar, dizendo que o indivíduo com competência em informação, diante destas definições é aquele que sabe e usa a arte de definir, localizar, acessar, avaliar e usar a informação dentro de um contexto e com a devida ética. Estabelece relações sociais, físicas e textuais com a informação de forma a que lhe proporcionem praticidade a lidar com a complexidade e variedade de fontes de informação em um determinado contexto. E está relacionada à capacidade de fazer bem o seu trabalho de lidar com a informação, utilizando-se do seu espírito crítico.

Importante ressaltar que para que a formação do bibliotecário seja bem embasada torna-se necessário a conciliação do conteúdo curricular teórico com a prática durante o processo de sua formação, tendo em conta as exigências do mercado. Assim, o bibliotecário em formação, facilmente poderá visualizar melhor as suas responsabilidades e o seu papel perante a sociedade antes mesmo do fim da sua formação. Este modelo decorre do fato da atitude do profissional no decorrer da sua profissão tornar-se mais importante na sociedade de informação, pois cada tecnologia que emerge exige um profissional pronto a agir e incorporar a mudança ou assimilação de padrões emergentes de trabalho, isto é ter uma mente mais aberta.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATIONS – ALA. **Presidential committee on information literacy**: final report. Chicago: ALA, 1989. Disponível em:

<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>. Acesso em: 10 fev. 2019.

ARAÚJO, C. A. Á. Políticas de informação em bibliotecas, arquivos e museus. *In*: GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G. Desvendando facetas da gestão e políticas de informação. João Pessoa, EDUFPA, 2015. p. 353-377.

ARAÚJO, R. F. Atores e ações de informação em redes sociais na internet: pensando os regimes de informação em ambientes digitais. **Data Gram Zero**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, jun., 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/53486>. Acesso em: 9 fev. 2019.

ARAÚJO, V. M. R. H. Informação: instrumento de dominação e de submissão. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 37-44, jan./jun. 1991. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/414/414>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ARRUDA, M. C. C.; MARTELETO, R. M.; SOUZA, D. B. de. Educação, trabalho e o delineamento de novos perfis profissionais: o bibliotecário em questão. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 14-24, set./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a02v29n3.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

ASSMANN, H. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 7-15, maio/ago. 2000.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES – ACRL. **Information literacy competency standards for higher education**. Chicago: ALA, 2000. Disponível em: <https://alair.ala.org/bitstream/handle/11213/7668/ACRL%20Information%20Literacy%20Competency%20Standards%20for%20Higher%20Education.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 fev. 2019.

AUN, M. P. A construção de políticas nacional e supranacional de informação: desafio para os Estados nacionais e blocos regionais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 28, n. 2, p.109- 110, maio/ago. 1999.

AUN, M. P. Sociedade da informação e a economia mundial. *In*: AUN, M. P. **Antigas nações, novas redes**: as transformações do processo de construção de políticas de informação. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001. f. 42-68.

AUN, M. P.; CÂMARA, M. A. From lacking until sustainability: informatics inclusion as an option for the freedom. *In*: POLICY OPTIONS AND MODELS FOR BRIDGING DIGITAL DIVIDES, 2005, Tampere. **Anais [...]**. Tampere: [s. n.], 2005.

BARRETO, A. de A. Políticas nacionais de informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2004, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: http://www.cinform.ufba.br/v_anais/palestras/polinforma.ppt. Acesso em: 30 ago. 2016.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BELLUZZO, R. C. B.; KERBAUY, M. T. M. Em busca de parâmetros de avaliação da formação contínua de professores do ensino fundamental para o desenvolvimento da Information Literacy. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 129-139, jun. 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/766/781>. Acesso em: 5 fev. 2019.

BELLUZZO, R. C. B.; SANTOS, C. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações

teóricas. **Ci. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 60-77, maio/ago. 2014. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19995/pdf_21. Acesso em: 20 jan. 2017.

BORKO, H. Information science: What is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3433774/mod_resource/content/1/Oque%C3%A9CI.pdf. Acesso em: 5 fev. 2019.

BRAMAN, S. Horizons of the state: information policy and power. **Journal of Communication**, New York, v. 45, n. 4, p. 4-24, 1995.

BRAMAN, S. **Change of state**: information, policy and power. Cambridge: MIT Press, 2006.

BRAMAN, S. Defining information policy. **Journal of Information Policy**, Harrisburg, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281600906_Defining_information_policy. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRAMAN, S. The emergent global information policy regime. In: BRAMAN, S. **The emergent global information policy regime**. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-37. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304683322_The_Emergent_Global_Information_Policy_Regime. Acesso em: 28 jan. 2019.

BRASILEIRO, F. S. **O processo de mediação no contexto do regime de informação**: a construção de um espaço virtual de comunicação na Web para a CPAD/UFPB. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

BRUCE, C. S. Workplace experience of information literacy. **International Journal of Information Management**, v. 19, n. 1, p. 33-47, 1999. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0268401298000450>. Acesso em: 15 jan. 2019.

BURGER, R. H. **Information policy**: a framework for evaluation and policy research. Norwood: Ablex, 1993.

CALLON, M. L'opération de traduction comme relation symbolique. In: ROQUEPLO, P. **Incidences des rapports sociaux sur le développement scientifique et technique, sous la dir.** Paris: Cordes; CNRS, 1975.

CAMPELLO, B. Escolarização da competência informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**: Nova Série, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 63-77, dez. 2006. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/18/6>. Acesso em: 8 fev. 2019.

CAMPELLO, B. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19021.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2019.

CAMPELLO, B.; ABREU, V. L. F. G. Competência informacional e formação do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 178-193, jul./dez. 2005. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/10/pdf_15c8a166f7_0012102.pdf. Acesso em: 9 fev. 2019.

CAREGNATO, E. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, jan./dez. 2000. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/11663/1/artigoRBC.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2019.

CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHIZIANE, P. **Niketche**: uma história de poligamia. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

COELHO, M. M. Competência informacional no ambiente de trabalho: percepção do bibliotecário de órgão público. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 170-196, mar. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3294>. Acesso em: 9 fev. 2019.

COLLINS, H. M.; KUSH, M. **The shape of actions**: what humans and machines can do. Cambridge, Mass: MIT Press, 1999.

CONSELHO EUROPEU DAS ASSOCIAÇÕES DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO. **EURO-Referencial I-D**: competências e aptidões dos profissionais europeus de informação documentação. 2. ed. Lisboa: INCITE, 2005. Disponível em: https://www.eseig.ipp.pt/documentos/doc_noticias/EuroReferencial_P.pdf. Acesso em: 9 fev. 2019.

CORREIA, A. M. R. **Information literacy for active and effective citizenship**. [S.l.: s.n.], jul. 2002. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/a0e6/7eab49d5e6e01fe49270a15018088949ab6a.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2019.

COUTINHO, C.; LISBÔA, E. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. **Revista de Educação**, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 5-22, 2011. Disponível em: http://revista.educ.ie.ulisboa.pt/arquivo/vol_XVIII_1/artigo1.pdf. Acesso em: 9 fev. 2019.

DELAIA, C. R. **Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos: à luz do regime de informação**. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –

Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, UFF/IBICT, Niterói, 2008.

DELAIA, C. R.; FREIRE, I. M. Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos: à luz do regime de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 107-130, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/07.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2019.

DIAS, G. D.; SILVA, T. E.; CERVANTES, B. M. N. Políticas de informação nas bibliotecas universitárias: um enfoque no desenvolvimento de coleções. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.**, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 39-59, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1650/pdf>. Acesso em: 8 fev. 2019.

DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. 2001. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/publico/Dudziak2.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2019.

DUDZIAK, E. A. Competência informacional: análise evolucionária das tendências da pesquisa e produtividade científica em âmbito mundial. **Inf. Inf.**, Londrina, SP, v. 15, n. 2, p. 1-22, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/7045>. Acesso em: 9 fev. 2019.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016/1071>. Acesso em: 9 fev. 2019.

EKBIA, H. R.; EVANS, T. P. Regimes of information: land use, management, and policy. **The information society**, London, v. 25, n. 5, p. 328-343, set., 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01972240903212789>. Acesso em: 9 fev. 2019.

FERREIRA, Rita Gonçalves Marques Portelia. O fundamento ético de uma consciência bibliotecária. **Infociência**, São Luís, v. 4, p. 9-20, 2004. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/16286>. Acesso em: 15 maio 2019.

FLUSSER, V. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **R. Esc. Bibliotecon. UFG**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 145-169, set. 1983. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/15776>. Acesso em: 9 fev. 2019.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FRAGOSO, J. H. R. **Direito autoral**: da antiguidade à internet. São Paulo: Quartier Latin, 2001.

FREIRE, G. H. A. Construção participativa de instrumento de política pública para gestão e acesso à informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, set./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362008000300013. Acesso em: 17 abr. 2017.

FREIRE, G. H. A.; MUNGUAMBE, R. M. T. P. A competência informacional dos técnicos da biblioteca central da Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique no uso das tecnologias digitais de informação e comunicação. **RACIn**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 57-76, jul./dez. 2016. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_n2/racin_v4_n2_artigo04.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

FREIRE, G. H. A.; SERAFIM, L. A. Regime de informação para o mapeamento das competências em informação na educação superior. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Santa Catarina; v. 18, n. 37, p. 43-60, mai./ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/issue/view/2019/showToc>. Acesso em: 30 mar. 2017.

FREIRE, I. M. Categorização das ações de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTi. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IBICT: Fiocruz, 2012. Disponível em: http://www.eventosecongressos.com.br/metodo/enancib2012/anais/index.php#eixo299_89. Acesso em: 13 mar. 2017.

FREIRE, I. M. Sobre o regime de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTi. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 70-86, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/viewFile/59102/62100>. Acesso em: 10 abr. 2017.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE FOR INFORMATION SCIENCE, 23., Alberta, 1995. **Electronic Proceedings [...]** Alberta: Canadian Association for Information Science, 1995. Disponível em <http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/actor.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

GIANNASI, M. J. **O profissional da informação diante dos desafios da sociedade atual:** desenvolvimento de pensamento crítico em cursos de educação continuada e a distância via Internet, através da metodologia da problematização. 1999. 143f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, 2003a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Da organização do conhecimento às políticas de Informação. **INFORMARE** – Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul./dez. 1996.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 57-93, 1999a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, 2003b. Disponível em:
<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1474>. Acesso em: 21 abr. 2017.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 55-67, jan./abr. 2004. Disponível em:
<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1068/1160>. Acesso em: 10 fev. 2019.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em:
<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/170/149>. Acesso em: 28 mar. 2017.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999b. Disponível em:
http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_6d5abbbf137_0008552.pdf. Acesso em: 21 abr. 2017.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Políticas e regimes de informação: perspectivas. *In*: GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G. **Desvendando facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: UFPB, 2015. p. 321-351.

GONZALÉZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012. Disponível em:
<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/11948>. Acesso em: 23 fev. 2017.

GUEDES, M. G.; BAPTISTA, S. G.; BORGES, M. A. G. Competência ética do bibliotecário: um fator de qualidade. **RICI: R. Ibero-A-mer Ci. Inf.**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 50-71, jan./jul. 2011. Disponível em:
http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13009/1/ARTIGO_CompetenciaEticaBibliotecario.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves *et al.* Ética nas atividades informativas: aspectos teóricos. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 137-152, jun./jul. 2008. Disponível em:
<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/2670/1886>. Acesso em: 15 mar. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS – IFLA. **Faróis da sociedade de informação**: declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida. Versão em português do documento Beacons of the Information Society. Alexandria: IFLA Publicações, 2005. Disponível em: <http://archive.ifla.org/III/wsis/BeaconInfSoc-pt.html>. Acesso em: 12 ago. 2011.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS – IFLA. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente**. Tradução para o português por Regina Célia Baptista Belluzzo. Estados Unidos: IFLA, 2006. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2017.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDEZ, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001. Disponível em: raycydio.yolasite.com/resources/dicionario_de_filosofia_japiassu.pdf. Acesso em: 22 jun. 2017.

JARDIM, J. M.; SILVA, C. A.; NHARRELUGA, R. S. *Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação*. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n.1, p. 2-22, 2009.

LAIA, M. M. **Políticas de governo eletrônico em estados da Federação brasileira: uma contribuição para análise segundo a perspectiva institucional**. 2009. 373 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LANKES, D. **The atlas of new librarianship**. Cambridge: The MIT Press, 2011.

LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação*. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. M. K. “Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 593-610, 2011.

MANGUE, M. V. *Consolidação do processo de informatização em sistemas de bibliotecas universitárias na África Do Sul, Brasil e Moçambique*. 2007. 284f. Tese (Doutorado em Ciências da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e desenvolvimento Humano. *Dados Estatísticos sobre o Ensino Superior em Moçambique*. Maputo: MINED, 2013

MOORE, N. *La société de l'information / Unesco: Rapport Mondial sur l'information 97 / 98*. Paris: Unesco, 1997. p. 289-302.

MIRANDA, A. Políticas e planejamento de sistemas de informação no Brasil: um caminho tortuoso. ENCONTRO NACIONAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 4., 2004, Bahia. **Anais** [...]. Bahia: Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2004a. Disponível em:

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/682/1/EVENTO_PolíticasPlanejamento.pdf. Acesso em: 11 fev. 2019.

MIRANDA, A. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 78-88, maio/ago., 2000.

MIRANDA, S. Identificando competências informacionais. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/ago. dez. 2004b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a12v33n2.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2019.

MOORE, N. **La société de l'information**. Paris: Unesco, 1997.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

OLIVEIRA, A. F. M.; BAZI, R. E. R. Sociedade de informação, transformação e inclusão social: a questão da produção de conteúdos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 115-131, jan/jun. 2008.

PINHEIRO, M. M. K. **L'État Informationnel et les changements dans les formes de médiations info-communicationnelles des connaissances sur les politiques de l'information**. Rapport de recherche post-doctorale en Sciences de l'Information et de la Communication, sous la direction de Viviane COUZINET. Toulouse: LERASS, Université Paul Sabatier, 2008.

PINHEIRO, M. M. K. Processo de transformação das políticas de informação no estado informacional. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Paraná, v. 3, n. 1, p. 113-126, 2010. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/9335>. Acesso em: 8 maio 2017.

PINHEIRO, M. M. K. Estado informacional implicações para as políticas de informação e de inteligência no limiar do século XXI. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 61-77, jan./jun., 2012a.

PINHEIRO, M.M.K. **Políticas de informação e estado informacional**. [S.l.: s.n.], 2012b.

PINHO, J. A. S. As novas tecnologias da informação e comunicação diante da transversalidade entre natureza e cultura. **Culturas Midiáticas**, [S.l.], v. 1, n. 1, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/cm/article/view/11630/6670>. Acesso em: 10 fev. 2019.

PONTES JUNIOR, J. de. **Alfabetização digital: proposição de parâmetros metodológicos para capacitação em competência informacional**. 2009. 168f. Dissertação (Mestrado) –

Programa de pós- Graduação em Ciência da Informação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.

SANTOS, C. A. **Análise de instrumentos de avaliação da competência informacional voltados para a educação superior**. 2011. 180f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

SANTOS, J. P. O moderno profissional da informação. **Inf.&Inf.**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 5-13, jan./jun. 1996.

SEBASTIÁN, M. C., RODRÍGUEZ, E. M. M.; MATEOS, D. R. La necesidad de políticas de información ante lanuevasociedad globalizada. El caso español. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 22-36, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a04v29n2.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SERAFIM, L. A. **Competência em informação na educação superior: um estudo com os professores do curso de agronomia do campus da UFC no CARIRI**. 2011. 147f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SILVA, E. M. **A influência das políticas de informação científica e tecnológica para as bibliotecas universitárias**. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/120/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20CI%20EDILENE%20M%20SILVA.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2017.

SILVA, H. *et al.* Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência de Informação**, Brasília, v. 34, n. 1, p. 28-36, 2005.

SILVA, L. A. G. Políticas e programas de informação e documentação da UNESCO e fontes para seu estudo. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 4, n. 1, p. 68-84, jan./dez. 1994. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/1528>. Acesso em: 19 maio 2017.

SILVA, L. A. G. Políticas e sistemas nacionais de informação no Mercosul: uma abordagem preliminar. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 71-76, jan./abr. 1993.

SILVA, T. E. *Política de informação na pós-modernidade*: reflexões sobre o caso do Brasil. **Revista Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 1, n. 1, 1991.

SILVA, T. E.; PINHEIRO, K. M. M. Configurações contemporâneas da política de informação: poder, política e regime de informação. In: TOMAÉL, M. I. (Org.). **Compartilhamento da informação**. Londrina: Eduel, 2012. p. 73-101.

SIQUEIRA, S. M. M. Trabalho e educação: novas competências ou crise do capital? *In*: MENEZES, A. M. D.; FIGUEIREDO, F. F. (Orgs.). **Trabalho, sociabilidade e educação**: uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: UFC, 2003. p. 361-384.

SOUZA, F. C. **Ética e deontologia**: textos para profissionais atuantes em bibliotecas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

SPECIAL LIBRARIES ASSOCIATION – SLA. **Annual conference**, [S.l.: s.n.], 2003. Disponível em: <http://www.sla.org/search.cfm/search=1&lookfor=conference+2003>. Acesso em: 23 out. 2016.

TAKAHASHI, T. (Org). **Livro branco da ciência, tecnologia e inovação**. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.cgee.org.br/arquivos/livro_branco_cti.pdf. Acesso em: 20 mar. 2017.

TAKAHASHI, T. (Org). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/livroverde.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2019.

THE NATIONAL COMMISSION ON EXCELLENCE IN EDUCATION. **A nation at risk**: the imperative for educational reform. Washington: Department of Education, 1983. Disponível em: https://www.edreform.com/wp-content/uploads/2013/02/A_Nation_At_Risk_1983.pdf. Acesso em: 11 fev. 2019.

UNGER, R. J. G.; FREIRE, I. M. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão de informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 87-114, jan./jun. 2008.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. **Plano estratégico de 2012-2014**. Maputo: Gabinete do Reitor, 2014.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. **Regulamento dos serviços de documentação**. Maputo: Direção dos Serviços de Documentação, 2015.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. **Reunião anual de 2014**: informe do reitor. Maputo: Gabinete do Reitor, 2014.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. **Reunião anual de 2018**: informe do reitor. Maputo: Gabinete do Reitor, 2018.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. **Sistema de Bibliotecas da Universidade Eduardo Mondlane**: modelo e estrutura organizacional. Deliberação número 4/CUN/2008. Maputo: Direção dos Serviços de Documentação, 2008.

VALENTIM, M. L. P. Ética profissional na área de Ciência da Informação. *In*: VALENTIM, M. L. P. **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. p. 55-70.

VALENTIM, M. L. P. Formação: competências e habilidades do profissional da informação. *In*: VALENTIM, M. L. P. **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 117-132.

VALENTIM, M. L. P. O moderno profissional da informação: formação e perspectiva profissional. **Enc. Biblio: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, Brasil, n. 9, p. 16-28, 2000.

VENTURA, J. **Bibliotecas e esfera pública**. Oeiras: Celta, 2002.

WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.